Fragmentos de uma história da política pública de educação popular no Brasil

Fragments of a history of popular education public policy in Brazil

Flávio Lyra de ANDRADE¹

Resumo: O texto resgata reflexões que sistematizam processos de formação realizados com educadores de movimentos sociais, sobre práticas educativas que se inserem no debate atual sobre a educação popular, trazendo registros da sua história, e discutindo a atualidade da educação popular. No percurso, enfatizo a conquista e formulação de uma política pública de educação popular em processo participativo. Em 2014, foi lançado o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, pelo Governo Federal, como uma realização governo e sociedade. Constatamos que existe uma coincidência entre preocupações pedagógicas e concepções educativas do campo da educação popular desenvolvida pelos movimentos sociais e o Marco. A reflexão articula e discute bibliografias que fazem balanço recente da educação popular e a experiência educativa do autor nessa temática.

Palavras-chave: Educação popular. Movimentos sociais. História da educação. Política pública.

Resumen: El texto rescata reflexiones de la sistematización de los procesos de formación llevados a cabo con educadores de movimientos sociales, sobre las prácticas educativas que se insertan en el debate actual sobre la educación popular, trayendo registros de su historia, discutiendo la realidad de la educación popular. En el curso, hago hincapié en la conquista y formulación de una política pública de educación popular en un proceso participativo. En 2014, el “Punto de Referencia de la Educación Popular para las Políticas Públicas” fue lanzado por el gobierno federal, como un logro del gobierno y la sociedad. Observo que hay una coincidencia entre las preocupaciones pedagógicas y las concepciones educativas del campo de la educación popular desarrollada por los movimientos sociales y lo Punto. La reflexión articula y discute bibliografías que hacen un avalización reciente de la educación popular y la experiencia educativa del autor en este tema.

Palabras clave: Educación popular. Movimientos sociales. Historia de la Educación. Políticas públicas.

<http://dx.doi.org/10.24024/23585188v12n2a2019p53063>

¹ Doutor em Sociologia | PPGS/UFPB; Mestre em Sociologia | PPGS/UFPE; Licenciado em História | UNICAP; Cursando Pós-Doutorado em Ciência da Religião | PPGCR/UNICAP | como religioso franciscano, fez curso de teologia pastoral pelo DEPA | militante cristão e educador popular, trabalha e acompanha processos de formação com pastorais e movimentos sociais no Nordeste | integra a comunidade de Recife do MPC | Movimento de Profissionais Cristãos | E-mail: flyraa62@gmail.com

Introdução

Na última década, o debate de educação popular recebeu contribuições oriundas de diferentes iniciativas, pessoais e coletivas, de balanço sobre seu itinerário e contribuição ao processo de protagonismos de educadores, intelectuais e militantes que estiveram inseridos nesse itinerário. São contribuições ao pensamento pedagógico e às práticas políticas participativas na sociedade. Podemos citar, a título de exemplo, alguns estudiosos que tomaram parte na construção dessa tradição de pensamento político e pedagógico, que fazem balanços mediados por diferentes enfoques (WANDERLEY, 2010; JIMÉNEZ, 2011; BRANDÃO, ASSUMPÇÃO, 2009), assim como publicações organizadas por instituições e grupos de pesquisa (STRECK, ESTEBAN, 2013; PONTUAL, IRELAND, 2006; BRANDÃO, STRECK, 2006).

Ao lado desse esforço de atualização da educação popular, no ano de 2014, foi lançado o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014), pelo governo e organizações sociais, produzindo documento, resultado de seminário, uma realização do governo e da sociedade. No interior do governo, essa foi uma iniciativa interministerial que teve como propósito apresentar diretrizes para ações político-pedagógicas em apoio à execução de políticas públicas, fomentando a participação cidadã e criando articulações intergovernamentais e do governo com a sociedade.

Este marco insere-se no âmbito do processo de construção da Política Nacional de Educação Popular, da Política Nacional de Participação Social, das políticas e dos programas para juventude. Tem como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de políticas sociais (BRASIL, 2014, p. 8).

Tal iniciativa foi interrompida, fruto da crise política, o que não permite avaliar suas possíveis iniciativas e implicações. Mas sinaliza para a longevidade e resiliência do que se constituiu como proposta de educação popular a partir de experiências de trabalhos de cultura popular na década de 1960.

Tendo em vista os esforços envidados para atualizar o entendimento e o lugar da educação popular na reflexão e na constituição de políticas públicas, chama atenção o grave momento da conjuntura das políticas de educação. Me refiro à interrupção de processos de ação criativa no campo da educação, provocada por ataques à política pública de educação, formulada às custas de muitas experiências de ação educativa governamental e não governamental, por pesquisas, criação de espaços de interlocução entre Estado e sociedade, constituição de marcos institucionais de garantia de direitos ao acesso público, gratuito e de qualidade, numa perspectiva de universalização. Vê-se esses esforços condenados a um desmonte que desconhece o custoso, longo e rico curso de conflitos e negociação que forjaram essa política pública, ainda tão falha e contraditória, porque disposta em uma arena de debate democrático aberto e amplo entre todos os segmentos da sociedade (CÁSSIO, 2019).

Portanto, esse é um momento propício para fazer registro de parte dessa história de luta pela educação, como também de retomar alguns marcos das reflexões que se acumularam em debates na sociedade e no governo, para lidar com os desafios pedagógicos, teóricos e metodológicos sobre o ato de educar e a educação. Aqui me atenho ao campo da educação popular, visto a partir de experiências com movimentos sociais.

O resgate do conteúdo socializado aqui se deve à coincidência das questões nele contidas, quando penso na conjuntura da educação hoje e reviso a bibliografia indicada acima, ou ainda, quando consulto o conteúdo do documento da Política Pública de Educação Popular, já referido. O texto que segue resgata reflexões que sistematizam os debates sobre processos de formação, realizados com educadores de movimentos sociais, sobre práticas educativas contextuais, que se inserem no debate atual neste campo, trazendo alguns elementos de reflexão sobre a história e o contexto, somando-se a esse debate sobre educação popular.

Para o autor, o resgate deve-se à prática de educação popular e pesquisa em movimentos sociais,

inicialmente em processos de formação realizados quando educador da EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares², em início dos anos 2000, em especial, quando da realização do curso de educação popular e sistematização de experiências, o qual ocorreu associado à realização de uma pesquisa-ação sobre educação popular e movimentos sociais, que, em grande parte, é de onde extraio o conteúdo da reflexão aqui partilhada sobre essa história (COSTA, ANDRADE, SILVA, 2004). Outra parte vem da reflexão, vem da continuidade dessa militância na educação popular, seja a partir de espaço governamental, quando integrei a Equipe de Educação Cidadã do Programa Fome Zero, onde desenvolvi trabalhos sobre educação popular e pedagogia da participação popular, mobilização social, participação social e cidadã, desenvolvimento local participativo, entre outros (ANDRADE, 2004a; 2004b; POLETO, ANDRADE, GALINDO, 2004). A pesquisa de mestrado, sobre experiência de uma rede de movimentos sociais, a Assembleia Popular (entre 2005-2010), me fez reencontrar com a educação como umas das tradições político-culturais que conformava o repertório que informava um dos grupos de militantes que se articulavam nessa rede (ANDRADE, 2012). Mais recentemente, como professor de curso de licenciatura intercultural indígena, a educação popular em sua produção sobre a pesquisa participante muito contribuiu para elaboração de experiência de alternância pedagógica, a que se chamou de tempo comunidade intercultural (ALMEIDA, ANDRADE, 2019). Todas essas atividades de ensino e pesquisa me fizeram voltar aos conteúdos e questões a que chamávamos de atualização da educação popular. Me centro aqui num resgate problematizador da história da educação popular vista a partir do diálogo com os movimentos sociais.

Fazendo apresentação de livro com balanço sobre a educação popular, reunindo artigos debatidos entre os anos de 2008 a 2012 no GT de Educação Popular da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Brandão (2013) enfatiza a persistência e atualidade da educação popular, dizendo:

ao contrário do que imaginam educadores e pensadores da educação avessos a ela, a educação popular não foi um episódio acidente esquecível na trajetória do acontecer da educação no Brasil [...] atualidade viva, ativa, presente, multiforme [...] retrata o que ao longo do tempo, transformou-se em várias direções e deve ser lido e compreendido como uma presença talvez incômoda, possivelmente liminar, mas por isso mesmo, uma vocação da educação que existe, persiste e se renova para seguir presente como uma alternativa não domesticável de segmentos e movimentos da sociedade, através da cultura e da educação [...] uma vocação da educação que, em suas múltiplas experiências do passado e do presente, resiste a uma tal colonização. E a sua simples e persistente resistência é o que constitui a força de sua presença entre nós... tantos anos depois (p. 11-12).

O livro citado acima, *Educação Popular: lugares de resistência e criatividade* (STREK, ESTEBAN, 2013), dá a dimensão multiforme que ganhou a educação popular na sua ação e reflexão pedagógica. Os artigos dimensionam temáticas, abordagens históricas, campos de intervenção escolar e social, abrangência de inserção em espaços na sociedade, governo, escolas, movimentos sociais. Aqui resgato aspectos da história desse campo da educação a partir da ótica e experiência com movimentos sociais (NASCIMENTO, 2013) e sua contribuição para conquista da formulação de uma política pública de educação popular a partir de um processo participativo.

Entendimentos básicos sobre educação popular

O que é educação popular? Como expressa Freire e Nogueira (1991), diversos são os significados para a expressão Educação Popular – EP e densos são os sentidos que ela vai ganhando com a expe-

² Instituição com atuação na Região Nordeste, criada no início dos anos 1990, como entidade de educação popular, realizando trabalho de formação com o movimento sindical da CUT – Central Única dos Trabalhadores e movimentos sociais populares, influenciada pelas experiências dos centros de educação e cultura popular existentes em vários estados do Nordeste, muitos deles vinculados a experiências de atuação de pastorais populares e sociais da igreja católica (BEZERRA, PLUMMEN, 2003).

riência e reflexão que vêm sendo construída. A ênfase das conceituações recai em afirmações que tomam a Educação Popular como uma concepção educacional que visa à transformação social; como um processo de construção coletiva do conhecimento; como uma ação dinâmica que envolve o desenvolvimento da pessoa humana; e como uma opção política por uma determinada visão de mundo, de ser humano e de sociedade.

Agregando outros aportes da história e teorias da educação popular, pode dizer-se que a Educação Popular é um processo de construção coletiva do conhecimento e de caminhos para ação social. Lócus onde os sujeitos sociais agem sobre a realidade, a partir da reflexão sobre ela, e da construção de escolhas e possibilidades de ação. Esta ação colabora para a formação de sujeitos políticos e para transformação da vida, resguardando a dimensão de totalidade sistêmica da sociedade e fomentando valores libertários.

Os processos educativos em EP partem das experiências vivenciadas cotidianamente por homens e mulheres, nos diversos espaços em que transitam, possibilitando, portanto, uma reflexão, (re)significação do vivido, e com isso, a construção de uma práxis libertadora no cotidiano. Nestes processos, valoriza-se a subjetividade, afirmam-se os valores da igualdade e do respeito à vida. Constrói-se uma nova noção de cidadania, cidadania enquanto direito a ter direitos. Uma cidadania que não é só reconhecimento de direitos formais, mas que é ativa, construtora de novos direitos, de novas relações sociais e novas relações de poder (MANFREDI, 1982).

Recorrendo à história, pode-se afirmar que a educação popular vai sendo entendida como espaço de reflexão das práticas educativas e políticas realizadas por educadores(as) e intelectuais. Eles atuavam em escolas, universidades, organizações de formação para movimentos sociais, entidades que atuavam com desenvolvimento comunitário, educação de adultos e cultura popular. Podemos localizar este debate nos anos 1960, destacando a contribuição fundante de Paulo Freire, com as experiências do Movimento de Cultura Popular (MCP), e Serviço de Extensão Universitária (SEC), Alfabetização de Adultos em Angicos/RN (FAVERO, 1983; FREIRE, 2008; ROSAS, 2002).

Nas décadas de 1970 e 1980, a educação popular incide também nas práticas de organizações de direitos humanos e educação política, no combate às ditaduras militares, na luta pela democracia e organização dos trabalhadores e camponeses, na América Latina e no Brasil.

Nesse contexto, dos anos 1960 a 1980, a educação popular, a pesquisa participante e a pesquisa ação emergem como uma corrente de pensamento de educadores(as), comprometidos(as) com um processo de transformação da sociedade. Desenvolveu-se uma compreensão sobre a produção do conhecimento, que implicava um diálogo com os setores populares e seu envolvimento na construção do conhecimento e participação na política, para enfrentar as desigualdades sociais.

A tradição da Educação Popular, por um lado, construiu-se em um diálogo com experiências de trabalhos de assistência técnica-social e desenvolvimento de comunidade – principalmente rural; dos trabalhos de organização social e educação de base de organismos da Igreja Católica, em suas experiências de Ação Católica especializada³ e sua metodologia do ver-julgar-agir; das experiências de formação política em centros de cultura e educação popular. Estas experiências tiveram forte ênfase no debate sobre o funcionamento e transformação da sociedade, da participação política e dos direitos de trabalhadores(as), camponeses(as), mulheres, negros e quilombolas, povos indígenas, crianças e adolescentes, deficientes físicos (PAIVA, 1986; BRANDÃO, 1982; BOFF, 1984; ANDRADE, 2012).

A ação de educação popular manteve viva a luta histórica por uma educação pública e de qualidade, de valorização da cultura popular, tendo de enfrentar o forte desafio do combate ao analfabetismo, o que a leva a desenvolver uma gama de ações de alfabetização de jovens e adultos, de defesa do direito da educação pública gratuita para todos(as), até integrar hoje propostas que visam garantir

³ Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Juventude Universitária Católica (JUC), Movimento de Educação de Base (MEB).

além da universalidade do acesso, uma educação que reconheça outros sujeitos, outras pedagogias e a exigência da interculturalidade (GADOTTI, TORRES, 1999; FREIRE, NOGUEIRA, 1991; SOUZA, 2001; PONTUAL, IRELAND, 2006).

A Educação Popular é uma concepção educacional que envolve uma visão de ser humano e de sociedade fundamentada em um projeto político de transformação, e uma pedagogia que se fundamenta na prática dialógica e na capacidade do pensamento crítico (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a Educação Popular deve ser entendida como uma opção política (BEZERRA, 1982), um direcionamento da prática educativa para atender à formação político-pedagógica dos sujeitos coletivos, para que estes possam ser construtores de uma história diferente, serem sujeitos autônomos no processo de transformação social.

Interfaces da história dos movimentos com a educação popular

A concepção de educação popular que cresceu no trabalho educativo e prática dos movimentos sociais tem certas peculiaridades. Dentro dela, o texto buscou resgatar um pouco da sua história, para além do já apresentado. É a partir de experiências educativas desenvolvidas, entre os anos 50 e 60, por movimentos sociais populares, pela Igreja, por grupos de esquerda, e certas personalidades, que virá a se gestar a Educação Popular nesse campo. Pode-se destacar entre essas experiências, que em sua maioria foram vivenciadas no Nordeste, as seguintes: as escolas radiofônicas criadas pelo MEB (Movimento de Educação de Base); grupos de alfabetização de adultos; as comunidades eclesiais de base; os círculos operários católicos acompanhados pela ACO (Ação Católica Operária); o Movimento de Cultura Popular da UNE (União Nacional dos Estudantes); os sindicatos rurais e ligas camponesas ligadas a organizações políticas de esquerda, incluindo a esquerda cristã.

Como se vê, estas experiências são marcadas por ações ligadas a setores sociais fortemente influenciados por valores humanistas e cristãos, e movidos por uma indignação ética que busca com suas iniciativas combater a situação de pobreza do Nordeste, dentro de uma perspectiva ligada aos ideais desenvolvimentistas vigentes na época. Nelas estavam o germe de toda uma inquietação política e pedagógica que ensaiavam práticas educativas ligadas aos setores populares, dentro de uma perspectiva libertadora e de transformação social, além de que, no intercâmbio que existia entre elas, já se faziam presentes e influentes perspectivas revolucionárias de transformação social.

Encontram-se influenciando esse conjunto de experiências, e, portanto, fundamentando a Educação Popular, algumas teorias, metodologias e pensamentos, entre os quais pode-se destacar, dentro da trajetória da EP no Brasil, a contribuição pedagógica de Paulo Freire, que, com sua concepção de educação para liberdade e da pedagogia do oprimido, rompe com a tradição conservadora e autoritária da educação enquanto espaço de reprodução da dominação e adestramento das consciências, baseada em práticas bancárias de transmissão do conhecimento. Propõe uma concepção de processo educativo, baseada no diálogo entre diferentes saberes, diferentes visões de mundo, despertando as consciências para o compromisso da transformação social e política. Ele faz o ato educativo ser mais participativo, afirmando que ninguém educa ninguém, ninguém aprende sozinho, os seres humanos se educam em comunhão. Essa é a base pedagógica e metodológica para a ideia da construção coletiva de conhecimento.

Tem também grande relevância o trabalho de base realizado pelos movimentos e grupos da Igreja Católica, através dos movimentos de Ação Católica, que, com o seu método do ver-julgar-agir, realizou um trabalho de formação de militantes populares, com inserção bastante ampla e influente entre vários segmentos sociais (camponeses, estudantes secundaristas e universitários, operários). Trabalho esse que desembocará e fortalecerá as experiências das comunidades eclesiais de base e das pastorais específicas (CIMI, CPT, CPO, PJMP).

Um outro aporte vem dos grupos da esquerda de tradição marxista e da formação sindical. Estes trazem o instrumental da análise e crítica da realidade sócio-político-econômica. Ajudam os grupos de base a avançarem na radicalidade das propostas de mudança política e transformação social, a distin-

guir os interesses envolvidos nas disputas e conflitos enfrentados, ajudando a romper com a perspectiva desenvolvimentista que muitas vezes permeava a prática dos grupos populares, deixando-os presos a iniciativas contraditórias e limitadas, do ponto de vista do alcance e da autonomia política. Embora muitas vezes esta contribuição também tenha reduzido a autonomia ao tentar vincular os movimentos a uma dada corrente de esquerda.

É neste processo, com a contribuição desses aportes, que se construirá aquilo que hoje chamamos de Educação Popular. A EP é a expressão de uma prática político-pedagógica que se forjou pelo intercâmbio de experiências de pessoas e movimentos que se viram complementados e fortalecidos no seu fazer educativo quando partilharam as suas vivências e testemunhos. Nesse sentido, a EP constituiu-se enquanto um referencial metodológico, “um modo de ser e de fazer” (SALES, 1999), que veio orientar trabalhos de organização popular, ajudando desde a construção da estratégia geral que define o tipo de intervenção, até a instrumentalização didático-pedagógica necessária para uma boa comunicação entre educadores e educandos.

Nesses anos iniciais da constituição da educação popular no Brasil, a referência é Paulo Freire, com as experiências sob a égide do governo democrático populista de Goulart, protagonizadas por setores ligados aos movimentos sociais, que, após o golpe, subsidiam trabalhos de organização popular. O pensamento de Paulo Freire, influenciado pelo movimento da escola nova e o nacional desenvolvimentismo, que traz uma forte influência humanista, político-social e democrática para ação pedagógica, em um momento histórico e contexto político em que se tinha o Estado como protagonista único do desenvolvimento. A Igreja, através de ações mais politizadas dos movimentos de ação católica especializados, vem trazer a contribuição no sentido de valorizar o papel dos indivíduos para uma ação transformadora do mundo, através da influência do personalismo cristão. A estas influências soma-se o pensamento crítico da esquerda marxista democrática (BRANDÃO, 1982; PAIVA, 1986).

Partindo destas referências fundantes do pensamento da educação popular, enfocaremos abaixo nuances das últimas décadas da história do país, dando ênfase aos processos de resistência, democratização e construção de alternativas democráticas e populares vividos pelos movimentos sociais e suas organizações.

A segunda metade da década de 70 marca a retomada do movimento operário com as grandes greves no ABC paulista no final da década e os canavieiros no Nordeste. Surge nacionalmente o movimento contra a carestia, ou custo de vida, como foi chamado em alguns lugares. Explodem manifestações populares em torno de problemas urbanos e as cidades crescem desordenadamente com as ocupações. A conjuntura econômica na mudança da década é recessiva, mas é o momento da abertura política e o começo do lento fim da ditadura militar. Neste período são criados ou reafirmados vários Centros de Educação Popular, ou entidades de apoio, e Coordenações de Pastorais Católicas que sistematizam a concepção de EP gestada no trabalho popular e se propõem um lugar na assessoria ao movimento sindical e popular, com a participação de várias vertentes de pensamento entre seus quadros (exilados, guerrilheiros, militantes cristãos, entre outros).

Vários movimentos começam a se organizar para fazer algum tipo de formação própria, com certa influência da metodologia de educação popular, à qual juntaram contribuições das teorias que os fundamentavam, como o movimento sindical cutista, o movimento negro e o movimento de mulheres.

Na década de 80, a nível internacional, teve peso o processo revolucionário da Nicarágua e, nacionalmente, a abertura política. Grupos de movimentos populares se articulam e criam organizações nacionais. A ideia de que o sujeito da transformação é o operariado vai mudando, e passa-se a pensar na diversidade de sujeitos, que se mobilizam em torno de diferentes problemas e se colocam na luta política pela transformação. O entendimento que predomina nesta época é que a EP é feita exclusivamente nos centros de educação popular. A formação sindical cutista se consolida pós 85, ainda em articulação com entidades promotoras.

Este período em que se gesta a articulação de grupos de base em torno de organismos nacionais ou redes de articulação política tem como ponto culminante desta grande mobilização social a participação popular na Constituinte que gerou a Constituição Cidadã de 1988.

Na campanha presidencial de 89, que também congregou amplos setores, não ocorre a mudança esperada e que “decorreria naturalmente” daquele processo crescente de movimentação social. Com a vitória de Collor, tem força a implementação do projeto neoliberal. A nível internacional, ocorre o fim do socialismo real e a derrocada do processo nicaraguense. Vive-se uma crise de certezas do processo de transformação social conduzida por uma vanguarda política.

Na década de 80, o referencial de transformação estava ligado à ideia de tomada de poder. Isso condicionava um modelo de organização centralizada, hierarquia e um perfil de militante que tinha certezas e um papel a cumprir. Alguns novos movimentos se organizavam nacionalmente com modelo piramidal (nacional/estadual/local). Os movimentos feminista, negro e ecológico sofreram menos esta influência e se organizaram com laços mais flexíveis e diferenciados. Isso se deve, em parte, possivelmente porque já repensavam a questão do sujeito político único. Cresce muito a quantidade de movimentos sociais em torno de problemáticas específicas.

Na década 80, a presença marcante no debate da educação popular é do CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina, e de diversos seminários em Cuba, que reúnem pessoas do Ceaal e outras ligadas aos processos revolucionários emergentes na América Central (Nicarágua e Cuba), e a redemocratização no Brasil. Elabora-se a Educação Popular como CMD – Concepção Metodológica Dialética, e ela influencia e se alimenta fortemente nas experiências de vários centros de educação popular no Brasil (HOLLIDAY, 1996; RESENDE, 1999).

O período de 90 é marcado pelo distanciamento entre os movimentos já nacionalmente articulados, com exceções em momentos de grande força política, como o impeachment de Collor, em 92. Apesar da grande presença pública da Conferência Paralela à ECO 92 e a Campanha Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, ambas não galgaram um envolvimento de conjunto dos movimentos sociais. Neste momento se colocavam desafios frente à intervenção nos espaços de participação criados a partir da Constituição de 88. Reduz-se o apoio da cooperação internacional para trabalho de formação e conscientização. A CUT consolida a sua política nacional de formação sindical (CUT, 1997). Outros movimentos desenvolvem também sua própria formação, como MST, o MNMMR, entre outros. No início da década, tem força no Nordeste a experiência “curso de inverno”, que reunia por 10 dias cerca de 300 militantes de movimentos sociais populares em um evento de educação, celebração e convivência.

A questão que se impõe é como reagir à insuficiência das análises macrossociais predominantes e, ao mesmo tempo, à efemeridade, à descontinuidade de processos multifacetados dos diversos movimentos sociais. A complexidade da realidade exige novos aportes para entender a realidade e favorecer a comunicação com o povo. Esse é o momento em que ganha força o movimento de refundamentação da educação popular, que, a nível latino-americano, está marcado por vários encontros entre educadores e muitas elaborações.

Considerações finais: uma política pública de educação popular!

As experiências de finais dos anos 1990 são marcadas pela atuação nos espaços de proposição e controle de políticas públicas. A crise de emprego, reforma administrativa e as mudanças no mundo do trabalho obrigam também o movimento sindical a se repensar.

Os movimentos populares começam a rever a relação com o Estado, por um lado, para assegurar os mecanismos de participação conquistados na Constituição, a partir da mobilização social, e, por outro, para execução de projetos financiados pelo governo. O Estado, ao trabalhar políticas públicas, tem buscado envolver os grupos populares no compartilhamento de sua visão e na execução de projetos. A participação popular se confunde com a transferência de serviços do Estado para a sociedade, e as organizações dos movimentos sociais populares se vêm, ora no papel de controle, ora no papel de gestão/proposição, e ora no de execução.

Criam-se, também, redes e fóruns de atuação conjunta. Na virada do ano 2000, estes movimen-

tos nacionais passam a ter articulações mundiais, a partir do Fórum Social Mundial. O referencial da transformação social se apresenta como desafio também cultural, e não apenas político e econômico. Antes se via o capitalismo de forma única, hoje se vê que ele produz impactos diferenciados em grupos humanos diferenciados, e isso exige pensar, na EP, um trabalho diferenciado com mulheres, negros, crianças, entre outros.

Os movimentos buscam uma intervenção mais qualificada. Articulam-se inúmeras redes, fóruns, coletivos, e há muitos espaços de formação específica por movimento, para conselheiros, ou ainda, de capacitação técnica. Consolidam-se as escolas sindicais da CUT, a política de formação do MST, o centro de formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o curso nacional da Comissão Pastoral da Terra (PELOSO, 2002), entre outros. Os antigos Centros de Educação Popular e outras entidades que surgiram em 80 e 90 passam a ser chamados de ONGs e a assumirem posições públicas e intervenções diretas na sociedade, algumas delas articuladas com movimentos populares e/ou mantendo-se como parte de alguns movimentos sociais. Novas questões se colocam, como geração de emprego e renda, rádios comunitárias, intervenção em processos de desenvolvimento, AIDS, entre outros, e vão abrindo novas frentes de formação por áreas específicas.

Novos referenciais entram no debate da EP, nem sempre substituindo antigos, e às vezes geram dualismos e incompreensões, como o holismo e teoria da complexidade, para pensar a sociedade; e socioconstrutivismo, e às vezes metodologias oriundas do meio empresarial, para repensar a pedagogia. Há também um movimento no sentido da reafirmação da pedagogia de Paulo Freire e da contribuição da dialética para pensar a educação.

Em meio a esse embate, e pode-se dizer, pela capacidade de mobilização dos movimentos sociais, com a eleição presidencial de Lula, em 2002, e o desencadeamento do mutirão de combate à fome e à miséria, foi criada no governo a equipe de Educação Cidadã, a partir de equipe de educadores, vindos de experiências, entidades de educação popular, para interlocução com as organizações da sociedade e realização de processos de formação e mobilização, articulando governo e movimentos sociais na RECID – Rede de Educação Cidadã (NASCIMENTO, 2013).

A circunstância política que possibilitou a criação de uma equipe de educação popular na interface da execução do programa de combate à fome, do Governo Federal, não estava no programado e nem estava contido no organograma das secretarias dos Ministérios. Este elemento foi facilitador da interlocução com os movimentos sociais e para a criação da RECID, conseguindo-se, no decorrer dos mandatos presidenciais que compuseram o ciclo dos governos lulista, a partir das interações institucionais estabelecidas, avançar com as proposições da educação popular em ambiente ainda favorável a uma perspectiva de democracia participativa, e esboçar-se uma política pública de educação popular.

Para o Marco da Política de Educação Popular, esta é, a um só tempo,

uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história (BRASIL, 2014, p. 7).

Esse documento, referindo-se ao cenário e aos desafios abertos pelas mobilizações mundiais e no Brasil, pós crise capitalista de 2008, afirma que é preciso

reinventar, sem perder a vitalidade transformadora. Desafio presente em diversas iniciativas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares que preenchem um enorme mosaico de ações de formação e de cultura popular desde a década dos 2000 até hoje em dia. Por outro lado, nunca foi tão necessária e atual uma educação voltada para a construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere as desigualdades que ainda marcam nosso tempo. A Educação Popular, portanto, desde a perspectiva da educação de

jovens e adultos, passando pela universalização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade esteve sintonizada com os principais debates de seu tempo. Hoje se discute, com a Política Nacional de Educação Popular, que esta perspectiva político metodológica, além de ser percebida como um método, pode subsidiar a construção de políticas públicas democráticas, participativas e voltadas aos interesses das classes subalternas, maioria de nossa população (BRASIL, 2014, p. 37).

Ela, uma proposta que se renova e expande uma concepção de educação popular, como sinaliza Brandão (2007), enquanto um ensaio de um novo fazer pedagógico, que pode se enxergar em alguns procedimentos, os quais se fazem presentes nos Marcos da Política Pública de Educação Popular, que se expressam em dinâmicas, tais como

retorno ao diálogo com o senso comum nas culturas populares e das comunidades dos excluídos; na ruptura com os velhos modos de pensar, de educar e de investigar a realidade, fundados na lógica utilitária do mercado; no deslocamento do lugar social da busca de sentidos e de projetos de construção da história do poder totalitário e do mundo dos negócios para a sociedade civil, e, nela, para a esfera das comunidades e dos movimentos populares; na construção de modelos de educação e de pesquisa fundados no diálogo e na dissolução da hierarquia de competentes desiguais em nome da interação igualitária entre cocriadores diferentes (p. 47).

Concluimos essa exposição trazendo alguns elementos da concepção e proposição de institucionalização de uma política pública de educação popular pelo Governo Federal, entendendo que esse exercício permite dar visibilidade a uma importante conquista dessa tradição pedagógica e das lutas dos movimentos que se fazem representar nessas formulações, que diz da sua capacidade de resistência, atualidade, afirmando a educação como um espaço de participação e descolonização das dominações político-culturais. É uma experiência que a crise política interrompeu, mas que deixa suas marcas e constrói novo repertório para as lutas da educação.

Em suas bases epistemológicas, a proposta retoma a perspectiva de Paulo Freire revisitando elementos do fazer pedagógico que coincidem com as dimensões que registramos quando discutimos o seu entendimento, assim como com os desafios apontados nos recortes da história. Nesse esforço, reescrevem um conjunto de categorias e concepções de ação pedagógica, das quais tratamos ao longo do texto, tendo em vista sua capacidade operacional, frente ao contexto de crise: dialogicidade, amorosidade, conscientização, transformação da realidade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e pesquisa participante, sistematização de experiência e do conhecimento. Ao mesmo tempo, nas suas diretrizes de ação, equacionam politicamente dimensões políticas e valores que se filiam a dimensões subjacentes a essa concepção, tais como: emancipação e poder popular, participação popular, equidade nas políticas públicas, conhecimento crítico e transformação da realidade, justiça política, econômica e socioambiental.

Referências

- ALMEIDA, Eliene Amorim; ANDRADE, Flávio Lyra. Tempo comunidade como estratégia da interculturalidade epistemológica – a experiência do curso de Licenciatura Intercultural indígena da UFPE/CAA. **Revista Interterritórios**, Caruaru, 2019.
- ANDRADE, Flávio Lyra de. **Construção de identidades coletivas na assembleia popular**: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.
- ANDRADE, Flávio Lyra de. Reflexões sobre o lugar das ações dos movimentos sociais para concretização dos objetivos da mobilização do programa Fome Zero. In: Equipe de Educação Cidadã - TALHER. **Mobilização social**: caminho de transformação. Goiás: Universidade Católica de Goiás/Setor de Mobilização Social: Fome Zero, 2004a.
- ANDRADE, Flávio Lyra de. Rede de talheres: uma identidade em construção. In: Equipe de Educação

- Cidadã - TALHER. **Educação cidadã: novos atores, nova sociedade.** Brasília: Fome Zero e Banco de Brasil, 2004b.
- BEZERRA, Aída *et al.* **A questão política da educação popular.** São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BEZERRA, Aída; PLUMMEN, Humberto. **Equip: uma experiência de educação popular no Nordeste.** Recife: Equip, 2003.
- BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- BRASIL. Presidência da República. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas.** Brasília, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio: cinquenta e um anos depois. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) **Educação Popular: lugar de construção social coletiva.** Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde.** São Paulo: Ed, L, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Entre Paulo e Boaventura – algumas aproximações entre o saber e a pesquisa. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 138-148, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. (org.) **Pesquisa participante: o saber da partilha.** Aparecida: Ideias&Letras, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CÁSSIO, Fernando. (org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Mônica Rodrigues; ANDRADE, Flávio Lyra; SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Movimentos sociais e educação popular no Nordeste.** Recife: Equipe, 2004.
- CUT. **Avaliação externa da política de formação da CUT.** São Paulo: Xamã, 1997.
- FAVERO, Osmar. (org.) **Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexiones sobre mi vida y mi trabajo.** México: Siglo XXI, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos. **Educação popular: utopia latino-americana.** São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.
- JIMÉNEZ, Marcos Raúl Mejía. **Educaciones y pedagogías críticas desde el sur - Cartografías de La Educación Popular.** Lima: CEAAL, 2011.
- MANFREDI, Silvia Maria. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NASCIMENTO, Cláudio. Experiências político-pedagógicas de construção de projetos populares. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) **Educação popular: lugar de construção social coletiva.** Petrópolis: Vozes, 2013.
- PAIVA, Vanilda Pereira. (org.) **Perspectivas e dilemas da educação popular.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PELOSO, Ranulfo *et al.* **Saberes e olhares: a formação e educação popular na comissão pastoral da terra.** São Paulo: Loyola, 2002.
- POLETO, Ivo; ANDRADE, Flávio Lyra; GALINDO, Wedna. **Fome Zero: um mutirão pela vida!** Brasília: Fome Zero: MDS, 2004.
- PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (org.) **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.
- RESENDE, Valéria. La educación popular en perspectiva histórica. In: **Educación Popular en América Latina.** La Habana, Editorial Caminos, 1999.
- ROSAS, Paulo. (org.) **Paulo Freire: educação e transformação social.** Recife: Centro Paulo Freire/Ed UFPE, 2002.

SALES, Ivandro da Costa. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando o debate). In: SCOCUGLIA. Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco. (org.) **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SOUZA, João Francisco. **Atualidade de Paulo Freire**: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural. Recife: Bagaço/NUPEP, 2001.

STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

Recebido em: 24.10.2019

Aprovado em: 04.11.2019

Para referenciar este texto:

ANDRADE, Flávio Lyra de. Fragmentos de uma história da política pública de educação popular no Brasil. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 12, n. 2, p.53-63, jul./dez. 2019.